

ESTADO DE SÃO PAULO
3 ABR 1986

EDUCAÇÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Diploma de jornalista vai a exame

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O consultor-geral da República, jurista Saulo Ramos, disse ontem no Rio a *O Estado* e ao *Jornal da Tarde* que a proposta para a extinção da obrigatoriedade do curso universitário para o exercício da profissão de jornalista ainda não foi aprovada pela Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais, da qual ele faz parte, mas que será submetida a plenário no final deste mês.

O jurista afirmou que é a favor da extinção da obrigatoriedade do curso universitário, e enfatizou que ele constitui um entrave para o exercício da profissão de jornalista em algumas regiões do País, "e esta é uma profissão que não depende de curso universitário, mas basicamente de vocação".

Saulo Ramos disse que num país das dimensões do Brasil fica difícil viabilizar a imprensa em algumas regiões com a obrigatoriedade do curso de jornalismo.

Já o ex-ministro Eduardo Portella, também membro da comissão, lembrou o status que o diploma sempre teve no Brasil, ainda que nem sempre correspondesse às exigências do mercado de trabalho dos profissionais de nível classificado de superior. Ele citou, por exemplo, a discussão em torno do vestibular e da massificação da universidade brasileira, mas enfatizou que quem acaba fazendo a seleção do Brasil já não é mais a faculdade, mas sim o próprio mercado de trabalho.

O ex-ministro da Educação acredita que a discussão sobre a obrigatoriedade ou não do diploma universitário para o jornalista tem de ser objetiva, com base na realidade atual do País, e não na do passado.

"Tenho a impressão até de que esta discussão ficou um pouco ociosa, porque os espaços ou os abismos entre o profissional não titulado e o profissional titulado é mínimo. Aquele clássico profissional enciclopédico, aquele que escrevia sobre tudo foi desaparecendo com o mundo moderno, com a imprensa moderna. E é está dinâmica social que vai gerando novas modalidades e vai tornando este debate mais ocioso, e vai-se tornando um debate passado", acrescentou.

Portella citou o caso do concurso de acesso à universidade: "passou-se um tempo enorme falando de vestibular. Repentinamente, as formas de seleção na sociedade são muito mais eficientes do que as do vestibular.

Para o ex-ministro, "no fundo, na origem, na raiz deste debate há muito jornalista humanista, publicista, aquela figura clássica da nossa imprensa, e não se pode ignorar que esta figura foi se transformando, que a sociedade foi engolindo esta figura. Eu, por exemplo, sou crítico literário. Fui a vida toda. Comecei na época do San Thiago Dantas (que foi diretor dos *Diários Associados*) e tinha o nome no rodapé. Mas as empresas jornalísticas foram liquidando o rodapé repentinamente, foram li-

quidando os críticos literários e de cultura. (Apenas os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, na região Rio-São Paulo, mantêm suplementos culturais.)

No que se relaciona à isenção e ao compromisso profissional do jornalista com a informação que deve ser levada à Redação, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, disse que a suspensão da obrigatoriedade do curso universitário pode contribuir para que seja priorizada a isenção.

CONTRÁRIOS

Nos meios acadêmicos e sindicais há opiniões contrárias à proposta aprovada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais de abolir a obrigatoriedade do diploma para o exercício das profissões de jornalista, radialista e publicitário. Gabriel Romeiro, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, entende que a maneira como a "questão foi colocada está atendendo apenas aos interesses das empresas, ao tentar derubar a regulamentação profissional".

Já o presidente do Conselho Federal de Educação, Fernando Gay da Fonseca, disse ontem, em Brasília, que se for abolido o diploma de formação universitária para o exercício dessas profissões, como sugeriu o comitê, isso vai representar o esvaziamento e até mesmo a extinção dos cursos de comunicação social.